

## Entrevista Nilza de Sena

PSD

Beja / Coimbra

Educação e Ciência

Parlamento, 13/12/2017

### **Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?**

Sou eleita por Beja nesta legislatura, na última fui eleita por Coimbra. Nesta sou eleita pelo maior distrito do país, mas também um dos menos povoados, em que o fenómeno da dispersão geográfica traz acrescidas dificuldades às populações, e também acrescidas dificuldades em contactar os representantes e portanto para populações de camadas mais jovens muitas vezes a informação, contacto com o representante, que sou eu, acontece por e-mail, via canal institucional do parlamento, ou até via redes sociais e portanto não raramente também recebo informação via facebook, sobretudo cada vez mais atendendo ao facto que parece haver uma associabilidade crescente das pessoas, até associarem a cara à pessoa, e terem a facilidade de contactar com ela. Mas é evidente que já estamos a meio do mandato e eu já tenho várias pessoas que conheço no círculo que me fazem reportar as suas preocupações, com quem contacto regularmente porque também vou ao círculo regularmente e portanto nos fins de semana que lá estou, nos dias que lá estou, às segundas-feiras que lá estou vêm ter comigo e fazem esse contacto quando têm algum problema, querem colocar alguma questão, quando efetivamente querem reportar algum tema que até está fora da agenda pública, portanto eu diria que preferencialmente seguem o contacto direto quando me encontram, nos dias em que está destinado ao contacto com o eleitorado isso acontece com alguma regularidade, mas depois temos as outras vias que é o e-mail e o facebook. Claro que também há telefonemas, mas em menor escala. Portanto, eu diria que este três são a forma predominante de contacto do eleitor com o representante.

### **Já foi eleita por Coimbra, sente uma diferença no contacto, nomeadamente devido à dimensão do círculo?**

Sinto uma diferença muito grande, são círculos completamente diferentes. Coimbra apesar de tudo é um círculo e a capital de distrito predominantemente urbano. Beja é uma cidade, mas a marca rural está predominante, a atividade económica é do primeiro sector, portanto estamos sempre a falar da agricultura com um peso dominante, como fatia significativa até do ponto de vista impacto, portanto é a atividade por excelência e, portanto, só isso já muda consideravelmente.

### **Há uma diferença nos temas, e no tipo de contacto?**

Nos temas, no tipo de contacto, na abordagem, na forma como se colocam as questões, também dizer que no caso de Beja a população é substancialmente mais envelhecida o que significa que não raramente os eleitores que contactam são pessoas com qualificações muito diferentes do que aquelas que encontrava em Coimbra, muitas vezes não sabem aprofundar os temas, sabem colocar o problema, mas não sabem desenvolver os temas e, portanto, sobre esse ponto de vista a diferença é muita grande.

### **E em termos de quantidade?**

Eu diria que é mais ou menos o mesmo, há temas que são centrais e que, portanto, quando

perpassam o país, passam todas as regiões. Um exemplo, neste momento está atrasado o pagamento às escolas profissionais. As escolas profissionais no meu círculo reportam esse problema, mas do distrito de Coimbra também reportam esse tema. Quando os temas reportam a nível nacional nós temos uma radiografia que nos chega a partir das próprias instituições e, portanto, acaba por chegar na mesma proporção. Os temas em si é que vão variando, sendo que no caso de Beja, sendo um distrito com interioridade, com uma marca de interioridade muito grande e com problemas demográficos, de seca, que é o tema do momento, agricultura, porque a seca também não favorece, tem um tipo de especificidade.

#### **Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?**

Há um pouco das duas coisas, nós vamos tendo necessidade e é normal vamos criando relações pessoais com algumas, com pessoas que vivem no nosso círculo, algumas fazem parte de instituições, vamos tendo acesso a informação sempre que essas pessoas nos contactam, mas também sempre que o trabalho político parlamentar justifique e nós precisamos de alguma informação também nos socorremos desses canais, dessas fontes privilegiadas que no fundo acabam por ser um suporte ao nosso trabalho e que nos ajudam a ter um enquadramento para os diversos temas que muitas vezes por outro meio não teríamos, portanto sim, é uma coisa bilateral, é evidente que como nós temos um volume de trabalho muito significativo e muito disperso, porque o trabalho parlamentar obriga a que o deputado consiga estar minimamente à vontade em temas muito diferentes e consiga, às vezes no imediato, dar uma resposta mesmo que não tenha estudado aprofundadamente o tema e isso também obriga necessariamente quando não se tem tempo para estudar muito tem que se estar pelo menos bem informado e o exercício dessa boa informação passa por essa pro-atividade do deputado ir em busca dessa informação, necessariamente contactar esses atores privilegiados, essas fontes que no distrito podem, acerca daquela região, melhor retratar aquilo que existe.

#### **O contacto com os cidadãos serve então principalmente para a recolha de informação?**

Não, porque o contacto com os cidadãos é sempre uma prestação de contas porque também existe, é sempre no sentido de poder ajudar a resolver problemas. O deputado desbloqueia canais, tem instrumentos políticos à sua disposição, fiscalização do governo, quer do ponto de vista das perguntas, quer dos requerimentos, de intermediar a ligação com o governo e, portanto, vai respondendo a essas solicitações. As cartas que chegam são normalmente questões que são colocadas, problemas, que resultam depois do ponto de vista do trabalho parlamentar em perguntas, em requerimentos, são feitos e que muitas vezes, não raramente, ajuda a desbloquear muitas situações. Não é só a questão do socorro por material para trabalhar por parte do deputado é também a resolução de problemas que os próprios eleitores colocam ao seu representante.

Questões colocados ao governo, requerimentos, audições.

#### **O contacto tem aumentado nos últimos anos? Houve uma alteração destes contactos com a crise?**

Bem eu mudei de círculo eleitoral e, portanto, o contraponto para ser rigorosa na resposta que lhe poderia dar seria mais interessante se pudesse responder pelo mesmo círculo. Mas ainda assim diria duas coisas. A primeira é: no período de crise nós tínhamos de facto muitas solicitações e muitos protestos e muitas situações que conseguimos desbloquear como disse e resolver até. E depois houve uma diluição de fase de crise. Não sei se já saímos propriamente da crise, pelo menos mantemos ainda algum grau razoável diria mesmo de austeridade. E sob esse ponto de vista continua a haver restrições de muita natureza, se calhar não se sente tanto no bolso das pessoas, mas sente-se nas instituições, o que significa que as cativações, os

orçamentos parcos, a dificuldade em dotar sobretudo áreas centrais como a saúde, a educação, as áreas sociais propriamente ditas, escasseia e por essa vida continuamos a ter um volume significativo de comunicação, de queixa.

A minha experiência começa durante a crise e eu diria que se mantém porque no meu entender não vivemos num período de ajustamento financeiro porque não temos cá a troika no nosso país, mas não estamos num período de abundância que permita às instituições viver desafogadas e não ter coisas a reportar aos deputados. Mantenho um elevado número de questões que me chegam diariamente.

**O contacto é frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?**

A única coisa que eu vejo de distintivo na campanha eleitoral é que nós fazemos um contacto diário e intensivo durante o período formal de campanha e o período de pré-campanha. Tirando isso, eu pessoalmente faço um contacto regular com as instituições, com as pessoas, procuro mesmo sendo aquilo que vulgarmente se apelida de deputado paraquedista, ou seja, não nascida no círculo que me elegeu, mantenho um contacto regular muito significativo com o círculo, o que significa que estou lá, vou lá, tenho uma noção claro daquilo que são os problemas do distrito e sob essa via continuo a contactar eleitorado a falar com as pessoas, as pessoas continuam a falar comigo, sou disponível e portanto diria que a única diferença é no período de campanha é mais intenso, visitamos as instituições todas de seguida, dias seguidas, agendas de manhã à noite a visitar instituições. As instituições continuam a ser visitadas depois da campanha eleitoral. As próprias instituições têm agendas em que convidam o representante porque há eventos em que gostam que o deputado esteja presente. E o próprio deputado também pontualmente gosta de continuar a saber como é que vão as instituições, portanto esse trabalho é feito.

**Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?**

A pergunta é difícil de responder, pela forma como está concebida. O grupo parlamentar do PSD é o maior nesta legislatura, que por circunstâncias atípicas não é governo, mas que sendo o maior grupo parlamentar recebe todas as solicitações e mais alguns. Não posso responder por todas as entidades que nos contactam, porque eu dentro do foro parlamentar trabalho especificamente numa comissão que é a de educação. Tenho outros, mas essa é aquela para onde canalizo mais as minhas energias. Sobre a comissão de educação e no tocante aos contactos que são feitos no grupo parlamentar de entidades externas ao parlamento, nomeadamente grupos de interesse, recebemos, talvez, diria, muitos sindicatos e, portanto, vários na área da educação, com muita regularidade, recebemos muitos professores, não têm uma ordem, mas recebemos muitos professores. Não estão organizados em ordem, mas constituem uma força, não vou dizer um lobby, mas uma força corporativa profissional.

**Mas de forma organizada e não a título individual?**

Recebemos as duas. Ainda ontem, recebemos a título individual. Recebemos a título individual e de forma organizada. Sindicatos. Não recebemos muitas ONGs porque na área da educação também... se calhar se for em Negócios Estrangeiros ou na área social se calhar há mais, mas na área da educação não há muitas. Se calhar destacaria mesmo os sindicatos, são os que recebemos mais.

**Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?**

A regularidade é muito significativa, tem a ver muito com a agenda política, há momentos em que esse tipo de reuniões ocorre quase obrigatoriamente, que é no período orçamental, a fase de discussão de orçamento de estado é uma fase em que recebemos de facto muitos pedidos quer a título individual quer organizado, de foro sindical, de toda a natureza, depende muito do que for o tema premente do OE que estiver em discussão. Sem ser na fase de discussão de orçamento de estado, ao longo de todo o ano, em função daquilo que são as discussões e a legislação que estiver a ser trabalhada no momento, vamos recebendo com muita regularidade os sindicatos. Neste momento estamos a discutir a progressão das carreiras dos professores, coisa que já vem da fase da discussão do orçamento de estado, não ficou concluída com o OE, continuamos, esta semana, a ronda negocial do governo com os sindicatos que representam os professores, continuamos a receber os sindicatos, porque o problema não estava resolvido. Por exemplo o ano passado tivemos emprego científico e recebemos N vezes os sindicatos por causa de emprego científico. Eu diria que, não vou dizer que é todas as semanas, mas diria que 15 em 15 dias e seguramente todos os meses recebemos sindicatos.

#### **Em reuniões aqui no Parlamento?**

Estou a falar do partido. Na comissão e no grupo parlamentar.

#### **O contacto é essencialmente presencial? Ou que outras formas de contacto utilizam mais?**

Reunimos aqui no parlamento, escrevem-nos uma cartinha, agendamos um dia, os senhores vêm, ouvimos trocamos pontos de vista e, portanto, tentamos perceber o outro lado, recolhemos também informação, dizemos os nossos pontos de vista e basicamente resume-se a isso.

#### **O contacto é mais formal?**

Passa pelos nossos canais normais, pelo nosso secretariado recebe email vê connosco a agenda e marcamos. Tem alguma formalidade, o normal, porque eu não tenho capacidade para estar a atender os telefonemas que nos chegam, e os e-mails todos que nos chegam, segue uma via formal por isso.

#### **Essa é a regra do partido e do grupo parlamentar?**

Sim, pode haver pontualmente um contacto mais direto, mas quando são sindicatos formalizam isso por escrito. Quando são coisas individuais às vezes podem tentar um contacto direto, mas habitualmente é por escrito.

#### **Além dessas reuniões, há outras iniciativas tomadas pelo grupo parlamentar para manter essa relação, como seja por exemplo convites para participação em iniciativas conjuntas...?**

Recebemos muitos pedidos para participação em conferências, há sempre um deputado que representa o grupo parlamentar. Recebemos também muitas vezes cidadãos anónimos que nos fazem chegar questões. E temos outras iniciativas no grupo parlamentar, que é fazemos visitas a instituições das mais variadas em função do tema que queiramos destacar no momento, em função da agenda pública e mediática, vamos visitando, estou-me a lembrar das últimas jornadas parlamentares, visitámos por exemplo toda a região dos fogos, estivemos em contacto populações que tiveram aquelas áreas profundamente danificadas, queimadas, ficaram sem casa. Posso lhe dizer que em maio fomos fazer as jornadas parlamentares ao Algarve e em todas as áreas visitamos instituições. Os deputados da comissão de educação visitaram escolas, na área da saúde visitaram centros de saúde e hospitais e contactaram com utentes, com médicos, funcionários enfermeiros para aferir essa realidade, da defesa visitaram também as unidades militares da região, foram a Sagres, administração interna foram visitar os polícias, proteção civil e afins, isto para dizer que estivemos todos em contacto permanente nas suas áreas com as

populações. Esse contacto é feito e temo-lo feito muitas vezes, organizamos, não vou dizer que fazemos todas as semanas, mas fazemos com regularidade, tentamos fazer essa aproximação, para nós é útil, não só porque nos dá um acervo documental muito grande nas áreas em que cada um trabalha, mas também porque a experiência que temos tido de contacto com as pessoas é para nós profundamente enriquecedora para a forma como nós depois conseguimos colocar os problemas dentro do foro parlamentar. É muito diferente falar de um assunto que não testemunhei, apenas li no jornal, na forma como exponho o mesmo problema quando estive em contacto com a pessoa em causa que perdeu a casa ou a instituição a quem lhe falta o apoio. Isso dá ao deputado não só a história como a vivência da história. Que é útil para o debate parlamentar, mas para o eleitor também é útil. Para o representado ele sente-se confortado por saber que alguém esteve ali e se interessou pelo seu problema e eu acho que isso traz mais valias mútuas para os representantes e representados.

**Como é feita a elaboração das listas eleitorais? Que critérios (formais e informais) são usados pelo partido para escolher os candidatos?**

Só posso responder pela parte que conheço e pelo PSD e por aquilo que tem sido prática nos últimos anos e que conheço. Há sempre um respeito estrito pelo que são as estruturas do partido, órgãos do partido, isso significa que quem decide a maioria das pessoas que integram listas e, portanto, em determinados círculos eleitorais, são as concelhias e as distritais, as concelhias indicam, as distritais ratificam, fazem uma lista concertam concelhias e distritais os nomes que levam depois. E a nacional aceita os nomes que são colocados. É um processo aberto, democrático, descentralizado, na medida em que não é a direção do partido que decide quem vai pelo círculo, são as estruturas, numa lógica não de top down, mas ao contrário. Por outro lado, não é desconhecido de ninguém que o presidente do partido detém uma quota, que é conhecida como quota nacional, em que tem a prerrogativa de indicar cabeças de lista aos círculos eleitorais e, além dos cabeças de lista, ter uma margem de manobra, que eu considero até relativamente curta, muito razoável para não invadir também o espaço e a vontade das concelhias e distritais, uma margem muito parcimoniosa, para num círculo ou outro poder integrar pessoas que fazem parte da dita quota nacional. Basicamente é assim que as listas são feitas. Eu diria que 80% das listas, 80-85% em eleições legislativas, são maioritariamente feitas pelas estruturas do partido, numa forma basista.

**E quais são os critérios, por exemplo, o desempenho do deputado na legislatura anterior é um dos critérios tidos em conta na seleção dos candidatos? Quem faz essa avaliação e o que é valorizado?**

Eu acho que de algum modo há uma avaliação que é feita, há sempre um balanço que é feito da prestação, isso compete normalmente à direção do grupo parlamentar e do partido, a direção do partido ouve a direção do grupo parlamentar, e, portanto, há sempre uma avaliação, um balanço que é feito, a prestação de um determinado deputado ao longo da legislatura, se corresponde, tem jeito.

**É feita uma avaliação da produção parlamentar de um ponto de vista mais quantitativo (número de perguntas, projetos de lei apresentados...)? E isso tem influencia na recondução dos candidatos?**

Não. Não tem reflexo para avaliar.

**E outros critérios, por exemplo, a visibilidade mediática?**

Sim, mas não é determinante. Já vi deputados e aliás alguns até com muitíssima exposição mediática caírem no momento em que não tiveram nenhuma concelhia a indicar, nem faziam parte da quota nacional do partido. Portanto, não é determinante também.

O que é mesmo determinante é a indicação por parte das concelhias e distritais, o que significa que são mesmo as estruturas do partido que escolhem.

**Referiu há pouco que não é do seu círculo, pode explicar qual a lógica por detrás dessa estratégia?**

Fui cabeça de lista por Beja, cabeça de lista porque há uma prerrogativa dentro do partido de escolher os cabeças de lista, fui escolhida para ser cabeça de lista e fui eleita. Tenho feito sempre parte da quota nacional, quer quando fui eleita por Coimbra, quer por Beja, o presidente do partido decidiu colocar-me em Beja para tentar salvaguardar um lugar que antes tinha sido de eleição difícil para o PSD, que era a eleição de Carlos Moedas na legislatura anterior, que tinha sido uma vitória, uma vez que o PSD não elegia em Beja há muito tempo e tentou garantir que esse lugar não era perdido e felizmente consegui manter o score, digamos assim.

**Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?**

Os deputados escolhem as suas comissões por área de preferência. No início da legislatura é nos colocada a lista das comissões, às vezes mudam as comissões, (...), os deputados são confrontados com as comissões que existem nessa legislatura e num ranking de 1-3 ou 1-5, já não me lembro bem, colocam as comissões onde gostariam de ficar.

**E é aceite?**

Normalmente é aceite, não vou dizer que é sempre, se todos quiserem a mesma comissão, é evidente que não podem ir todos lá parar. Mas, em regra, as bancadas também espelham interesses muito diversificados e, portanto, origens profissionais muito diversificadas e isso reflete-se também nas escolhas das pessoas, de um modo geral consegue-se acomodar as pessoas.

**E a decisão final cabe à direção do grupo parlamentar?**

Sim.

**Dos instrumentos disponíveis (perguntas escritas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais, comissões...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política e mediática?**

O mais utilizado e o mais eficaz não são necessariamente coincidentes. Eu diria que os deputados têm mais liberdade para fazerem perguntas, porque individualmente cada deputado pode fazer perguntas ao governo, através do mecanismo interno da AR, mais raramente fazem requerimentos ao governo, mas também fazem, mas é menos frequente do que as perguntas. Mas eu penso que os instrumentos que temos ao nosso dispor que mais eficácia têm do ponto de vista da visibilidade pública até são os requerimentos potestativos para chamar um ministro ao parlamento. Sempre que há um tema que justifique a vinda do ministro e que não é aprovado pelos restantes partidos há sempre a capacidade de potestativamente um partido poder chamá-lo e esse requerimento potestativo acho que é aquele que tem mais força porque é coercivo. E por isso essa via traz visibilidade acrescida.

**É o mais eficaz a marcar a agenda política, mas também...**

É porque normalmente são temas... não se chama potestativamente um ministro para tratar de questões ordinárias, chama-se para questões de agenda política premente, esses temas normalmente estão na ordem do dia. Um exemplo, o PS tomou a iniciativa esta semana para esclarecer a questão da raríssimas, se o PS não tivesse tomado essa iniciativa e o PSD tivesse feito um requerimento e os partidos que suportam o governo não viabilizavam, o PSD poderia potestativamente chamar o ministro. Não era agradável, se calhar não é agradável, mas forçava

a vinda e tem visibilidade.

(agenda política e mediática...)

Há várias ferramentas, depende daquela que nos serve melhor no momento.

**O conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?**

A nível individual, os deputados escolhem as suas perguntas.

**O tema é articulado com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político? Porquê?**

Não, os temas são temas que nos chegam por parte dos nossos eleitores, são temas variadíssimos, normalmente nascem nos círculos eleitorais, problemas muito específicos, são depois colocados pelo deputado em causa, desde que salvaguardas as condições mínimas que normalmente são verificadas quer pelo vice-presidente da bancada quer pelo coordenador da área. Por exemplo, uma pergunta sobre limitação de financiamento às escolas profissionais. Eu recebo as de Odemira, Serpa, Cuba. Mas depois a escola profissional de Coimbra contacta com o deputado de Coimbra que vai fazer uma pergunta, o deputado de Coimbra vai fazer uma pergunta sobre aquilo. Eu também posso fazer uma pergunta sobre aquilo. Mas como a minha é sobre Serpa e a dele é sobre Coimbra até pode coincidir no problema, o problema é o mesmo.

**Nesse caso fazem em conjunto ou individualmente?**

Depende, às vezes faz-se individualmente, às vezes o momento em que chega a queixa não é a mesma para as escolas todas, há escolas que não recebem há três meses, há escolas que não recebem há um mês, e, portanto, há uma que se queixa logo outra mais tarde, depende do momento em que a informação chega.

**Qual é a lógica das perguntas assinadas por vários deputados? Quem é o responsável nestes casos? O primeiro signatário tem um papel específico?**

Em regra, o primeiro signatário é o autor da pergunta. Mas também há perguntas que fazemos em grupo e aí depende, imagine que a pergunta é sobre educação: os primeiros signatários são sempre o vice-presidente e o coordenador e depois os outros, nas questões que forem coletivas. Ou imagine que a pergunta é da bancada toda, o primeiro signatário é o presidente do grupo parlamentar, a direção e depois os outros.

**Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?**

Não. Tudo se aprende. É uma ferramenta fácil, hoje em dia graças às novas tecnologias é relativamente acessível. Não, fazer perguntas por escrito é simples.

**O facto de se estar a apoiar um partido que está no governo ou na oposição e o tamanho do partido influencia a quantidade de perguntas feitas? (Como se explica as diferenças no número de perguntas efetuadas (governo/oposição; partidos menores vs grandes...))**

Sim, influencia. Na oposição fazemos mais perguntas, também porque na oposição competemos, e sobretudo temos uma margem de liberdade muito maior do que se tem quando se está a suportar o governo.

**A ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise? Da parte de alguns partidos em especial? E o seu partido: manteve o enfoque no mesmo tipo de assunto?**

Não lhe consigo responder fielmente a essa pergunta por isto: na legislatura anterior eu desempenhava funções de vice-presidente do partido e tinha outras responsabilidades e estava inserida num grupo parlamentar [do círculo eleitoral de Coimbra] de cinco deputados, o que significa que eu individualmente fiz poucas perguntas, porque tinha outras funções e porque quando os meus colegas faziam perguntas específicas sobre o círculo tinham a gentileza de confrontar as questões comigo e depois de colocarem também o meu nome, eram perguntas coletivas. Neste momento estou num círculo eleitoral em que sou eleita sozinha, o que significa que esse trabalho que antes era feito em grupo neste momento não existe porque sou sozinha e faço só eu. Portanto quando faço a comparação da legislatura passada para esta tenho claro um acréscimo significativo de perguntas feitas nesta legislatura porque nesta legislatura sou eu sozinha. Não consigo ter esse comparativo, embora lhe possa dizer que a margem que tenho de manobra na oposição é muito maior, estamos completamente livres para perguntar o que entendemos. E isso não tem a ver com ser crise ou não ser crise, tem a ver com uma margem que é maior, não estamos a suportar governo, podemos fazer todas as perguntas e mais algumas. Como é evidente quando se está no governo tem que se ter a cautela, não significa que não se pergunta, pergunta-se também, mas questionamos menos decisões de natureza política de um governo em que suportamos essas políticas, não vamos fazer questões.

**Isso aplica-se também aos outros instrumentos, como por exemplo, a apresentação de projetos de lei?**

Sim, projetos de lei não diria porque mesmo quando se suporta o governo também há muita legislação que se consegue produzir

Eu acho que não estamos inibidos de produzir legislação, aliás até acho sinceramente que às vezes a produzimos em excesso. Acho é que o entendimento das matérias que se colocam numa e noutra fase são diferentes. Porque normalmente quando legislamos e estamos a suportar um governo temos o cuidado de conciliar posições com o governo e quando estamos na oposição não precisamos de as conciliar com ninguém.

**Como funciona a preparação dos debates quinzenais com o Primeiro Ministro? Há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas a colocar?**

Os debates parlamentares, normalmente no grupo parlamentar do PSD, são feitos ou pelo presidente do GP ou do partido, agora que estamos em fase de transição de liderança são feitos maioritariamente pelo presidente do GP e, portanto, quem prepara é o líder parlamentar. Pontualmente, para temas mais técnicos, procuram-se as pessoas que tecnicamente acompanham esses dossiers, imagine que há uma coisa como esta coisa da progressão de carreiras dos professores, é natural que o líder do GP procure as pessoas que trabalham essas matérias para esclarecer alguns pontos, mas genericamente é um trabalho individual. Com os seus assessores, mas não é um trabalho da bancada. Para as restantes sessões plenárias varia muito, os temas que são abordados, quando temos plenários que competem às nossas áreas naturalmente há reuniões preparatórios para o efeito com os deputados da área.